

Coordenação:

- FREDIE DIDIER JR
- DIERLE NUNES
- MARCELO MAZZOLA
- SÉRGIO MOURÃO CORRÊA LIMA

Falência e Recuperação **EMPRESARIAL**

2022

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

D556f Didier Jr., Fredie.
Falência e recuperação empresarial / Fredie Didier Jr ...[et al.] – São Paulo:
Editora JusPodivm, 2022.
528 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-442-3809-7

1. Direito Privado. 2. Direito empresarial. I. Didier Jr, Fredie. II. Nunes, Dierle. III. Mazzola, Marcelo. IV. Lima, Sérgio Mourão Corrêa. V. Título

CDD 342

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1

RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXECUÇÃO FISCAL, <i>STAY PERIOD</i>, CO- OPERAÇÃO JUDICIÁRIA E PRESERVAÇÃO DA EMPRESA: COM- PREENDENDO O § 7º-B DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005.....	17
--	-----------

Fredie Didier Jr.

Elie Pierre Eid

Leandro Araújo

1. Introdução.....	18
2. Sobre a finalidade da suspensão dos processos movidos contra o devedor (<i>stay period</i>) pela Lei 11.101/2005.....	18
2.1. O deferimento da recuperação judicial frente às execuções fis- cais anteriormente à Lei 14.11./2020.....	24
2.2. O tema 987 de recursos especiais repetitivos: objeto da tese a ser definida pelo STJ.....	27
3. Exegese do art. 6º, § 7º-B, introduzido pela Lei n. 14.112/2020.....	29
3.1. O princípio da preservação da atividade empresarial como guia interpretativo do art. 6º, § 7º-B da Lei 14.112/2020.....	31
3.2. Necessária relação entre suspensão da execução fiscal e limita- ções dos atos de constrição dela decorrentes.....	34
3.3. Cooperação judiciária prevista pelo art. 6º, § 7º-B da Lei n. 14.112/2020.....	36
4. O direito intertemporal para aplicação do art. 6º, § 7º-B da Lei 14.112/2020.....	40

5. Repercussões do art. 6º, § 7º-B sobre as recuperações judiciais e as execuções fiscais em curso	42
6. Conclusões.....	44

2

RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS E RESOLUÇÃO ON-LINE DE DISPUTAS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL	47
--	-----------

Dierle Nunes

Camilla Paolinelli

1. Considerações Iniciais.....	47
2. O e-Acesso à justiça e os novos designs tecnológicos para a resolução de disputas.	50
3. O sistema falimentar, a experiência do caso OI e os insumos para a adaptação procedimental por tecnologia	56
4. <i>Insights</i> para procedimentos de recuperação judicial <i>smart</i> : prototipando um modelo de SIREC (sistema informatizado para a resolução de conflitos) para falência e recuperação de empresas	62
5. Considerações finais	72
6. Referências bibliográficas.....	73

3

ANÁLISE SISTÊMICA DO INSTITUTO DA EXTINÇÃO DE OBRIGAÇÕES NA LEI DE FALÊNCIAS, CONFORME ALTERAÇÕES DA LEI 14.112/2020	77
---	-----------

Sérgio Mourão Corrêa Lima

Délio Mota de Oliveira Júnior

Artur Andrade Santos

1. Breve contextualização.....	77
2. Extinção de obrigações no processo falimentar (antes da edição da Lei 14.112/2020).....	79
3. Alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020	81
4. Noções fundamentais acerca das formas de extinção de obrigações..	83
5. As formas de extinção de obrigações na falência conforme alterações introduzidas pela Lei 14.112/2020	89
6. Procedimento para declaração da extinção de obrigações na falência conforme alterações introduzidas pela Lei nº 14.112/2020.....	92

7. Conclusões.....	94
8. Bibliografia.....	96

4

O SISTEMA MULTIORTAS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O LIVRE TRÂNSITO DE TÉCNICAS DO PROCEDIMENTO COMUM PARA O PROCEDIMENTO ESPECIAL ...	97
--	-----------

Marcelo Mazzola

Rodrigo Freitas Câmara

1. Considerações Iniciais.....	97
2. O Sistema Multiportas.....	99
3. A interface entre a Recuperação Judicial e o Sistema Multiportas.....	102
4. Importação de técnicas do procedimento comum para a Recuperação Judicial	106
5. Conclusão.....	109
6. Referências Bibliográficas	109

5

INSOLVÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA: ESTUDO DE UM CASO	111
--	------------

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. Introdução.....	111
2. Contextualização necessária: Caso Latam.....	112
3. A adequação da Lei n. 11.101/2005 à insolvência transnacional.....	114
4. Lei n. 14.112/2020.....	118
5. Lei modelo da UNCITRAL.....	123
6. Conclusões e encerramento.....	126
7. Referências bibliográficas.....	126

6

A COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA NACIONAL COMO FERRAMENTA DE AMPLIAÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE O JUÍZO RECUPERACIONAL E OUTROS JUÍZOS	129
--	------------

Fernanda Rocha David

1. Generalidades	129
------------------------	-----

2. Fundamentos normativos e principais características do modelo de cooperação judiciária nacional do CPC/2015.....	131
3. Aspectos gerais do processo de recuperação judicial.....	136
4. O papel do juízo recuperacional na gestão das questões envolvendo o estado de crise da empresa	139
5. A cooperação judiciária nacional como ferramenta eficiente de ampliação do diálogo entre o juízo recuperacional e outros juízos.....	143
6. Considerações finais	146
7. Referências.....	147

7

AÇÕES PRÉ-ARBITRAIS CONTRA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UMA ANÁLISE DAS MEDIDAS PREPARATÓRIAS 149

Alberto Lucas Albuquerque da Costa Trigo

1. Introdução	149
2. Tutelas de Urgência Pré-Arbitrais.....	150
3. Tutelas de Urgência Requeridas contra Empresas em Recuperação Judicial	157
4. Conclusões.....	162
5. Referências Bibliográficas	163

8

CONSTATAÇÃO PRÉVIA AO DESPACHO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL 165

Rodrigo Almeida Magalhães

Walter Coelho de Moraes

1. Introdução	165
2. A Recuperação Judicial	166
3. Índices Contábeis e de Insolvência no Processo da LRF	169
4. Em prol do aprimoramento do Direito Recuperacional	186
5. Conclusão.....	189
6. Bibliografia.....	190

9

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONSENSUALIDADE 193*Trícia Navarro Xavier Cabral**Frederico Ivens Miná Arruda de Carvalho*

1. Generalidades	193
2. Da Recuperação Judicial como processo estrutural.....	196
3. Da autocomposição prévia e incidental nos processos de Recuperação Judicial	201
4. Convenções processuais na Recuperação Judicial	207
5. Conclusões.....	208
6. Referências.....	209

10

A TUTELA PROVISÓRIA DE NATUREZA CAUTELAR NA RECUPERAÇÃO - ASPECTOS PRÁTICOS E ANÁLISE DA DISCIPLINA DAS TUTELAS PROVISÓRIAS NA LEI 11.101/05 À LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA 213*Thiago Dias Delfino Cabral**Filipe Guimarães*

1. Introdução: noções sobre direito recuperacional, a reforma legislativa e o sistema de tutelas provisórias	213
2. Tutela provisória na LRF – uma análise descritiva das possibilidades previstas na LRF.....	216
3. A nova recuperação extrajudicial: principais alterações no sistema...	220
4. O suave movimento de “judicialização” da recuperação extrajudicial. Ou: não há razões para distinguir a aplicação do sistema de tutelas provisórias	222
5. Uma proposta de interpretação à luz do princípio da eficiência.....	225
6. Conclusão.....	228
7. Bibliografia.....	229

11

O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NA CRISE DA EMPRESA TRANSNACIONAL 233*Márcio Souza Guimarães*

- | | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 233 |
| 2. O juízo nacional sempre tem jurisdição sobre os seus empresários... | 234 |
| 3. A cooperação entre os juízos transnacionais..... | 242 |
| 4. Conclusão..... | 249 |
| 5. Referências Bibliográficas..... | 250 |

12

AS NOVAS REGRAS PROCESSUAIS NA RECUPERAÇÃO E NA FALÊNCIA: CONTAGEM DE PRAZOS, CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO E NEGÓCIOS PROCESSUAIS..... 253*Geraldo Fonseca**Teresa Arruda Alvim*

- | | |
|---|-----|
| 1. Introdução: o mal das incertezas do processo..... | 254 |
| 2. A forma de contagem de prazos..... | 256 |
| 3. O cabimento do agravo de instrumento..... | 258 |
| 4. A admissão dos negócios jurídicos processuais..... | 264 |
| 5. Referências..... | 269 |

13

INCIDENTES DE CLASSIFICAÇÃO DE CRÉDITO PÚBLICO EM PROCESSOS DE FALÊNCIA: UMA ANÁLISE DA AMPLITUDE DO ESCOPO DO INSTITUTO INAUGURADO PELA LEI 14.112/2020 ... 271*Otávio De Paoli Balbino**Hugo Moreira Barbosa**Bernardo Henrique Melo Rezende*

- | | |
|---|-----|
| 1. A inovação promovida pelo art. 7º-A, da Lei nº 14.114/2020, que inseriu, na Lei nº 11.101/2005, os incidentes de classificação de créditos públicos..... | 272 |
| 1.1. Análise hermenêutica do dispositivo do art. 7º-A da Lei nº 11.101/2005..... | 273 |

1.2. A aplicabilidade do art. 7º-A às falências decretadas antes da vigência da Lei 14.112/2020.....	275
1.3. Ideia de classificação na perspectiva do direito de insolvência – natureza do crédito público objeto do incidente.....	281
2. Estrutura organizacional do Estado – Administração Direta e Indireta...	282
2.1. Federalismo e noções da Administração Pública.....	282
2.2. Administração Direta e Indireta dos Estados.....	285
2.3. Autarquias e Autarquias de Regime Especial.....	287
2.4. Conceito de Fazenda Pública.....	291
3. Aplicação prática do incidente de classificação de créditos públicos previsto no art. 7º-A da Lei 11.101/2005.....	292
4. Conclusões acerca da previsão constante do art. 7º-A da lei nº 11.101/2005, inserido pela lei nº 14.112/2020.....	294
5. Bibliografia.....	298

14

CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES ANTECEDENTES OU INCIDENTAIS AOS PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL..... 299

Darci Guimarães Ribeiro

Guilherme Christen Möller

1. Introdução.....	300
2. Complexidade, hipermodernidade e o art. 3º do CPC: sobre a influência do paradigma da razão estendida no sistema de gerenciamento de conflitos brasileiros.....	300
2.1. Complexidade e processo: a transformação do processo a partir dos paradigmas dos estágios socioculturais.....	300
2.1.1. A Complexidade no paradigma Hermenêutico Processual....	301
2.1.2. A sociocultura e seus reflexos no processo.....	304
2.2. Hipermodernidade, a genealogia do art. 3º do CPC e o gerenciamento de conflitos no Processo Civil Brasileiro.....	307
3. Das conciliações e das mediações antecedentes ou incidentais, promovidas pela Lei nº 14.112/2020, no procedimento de Recuperação Judicial.....	314
3.1. Análise das conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial.....	314
3.2. Duas reflexões sobre a Lei nº 14.112/2020 e a inserção da conciliação e da mediação no procedimento de Recuperação Judicial e Falência.....	318
4. Referências.....	321

15

CONTAGEM DE PRAZOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A ESPECIALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO JUSTIFICA A DESOBEDIÊNCIA AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL?..... 325

Marco Aurélio Peixoto

Rodrigo Frantz Becker

- | | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 325 |
| 2. Generalidades: a contagem dos prazos anteriormente à Lei 14.112/2020 | 326 |
| 3. A nova disciplina da contagem dos prazos na recuperação judicial ... | 329 |
| 4. Conclusão..... | 334 |
| 5. Bibliografia..... | 335 |

16

O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO E A AÇÃO REVOCATÓRIA NA LEI N. 11.101/05: INSTRUMENTOS DE ESTRUTURAÇÃO DOS ATIVOS NO PROCESSO FALIMENTAR..... 337

Eduardo Goulart Pimenta

- | | |
|---|-----|
| 1. Aspectos Gerais..... | 337 |
| 2. Pedido de Restituição na Lei n. 11.101/05: regulação e objetivos | 343 |
| 3. Atos ineficazes em relação à massa falida independentemente de intuito fraudulento | 345 |
| 4. A ineficácia dos atos fraudulentos praticados pelo falido antes da decretação da quebra..... | 350 |
| 5. Referências Bibliográficas | 353 |

17

A FALÊNCIA COMO CONDIÇÃO DE EFETIVIDADE DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: PROBLEMAS ECONÔMICOS E PROCESSUAIS DE TODA EMPRESA SER (LOCALMENTE) IMPORTANTE DE MAIS PARA QUEBRAR..... 355

Eduardo da Silva Mattos

- | | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 355 |
| 2. Objetivos econômico-financeiros de um sistema de insolvência | 357 |

3. O princípio da preservação da empresa e o “importante demais para quebrar”	360
4. Consequências da inviabilidade da falência	366
5. Implementações para melhoria	372
6. Conclusão	374
7. Referências	375

18

FINANCIAMENTO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO: PERSPECTIVAS PROCESSUAIS DO DIP FINANCING NO BRASIL 379

Pedro Cavalcanti Rocha

Bruno Valladão Guimarães Ferreira

1. Introdução	379
2. O contrato de financiamento DIP	382
3. Procedimentos em que o financiamento DIP poderá ser celebrado ...	385
4. Legitimidade para conceder o DIP	386
4.1. Legitimidade para prestar garantias	388
5. Procedimento até a prolação da decisão judicial	389
6. A decisão judicial que conhece do pedido de contratação do DIP	392
7. Ausência de sucessão do financiador nas obrigações da recuperanda ...	395
8. Falência e rescisão do contrato	396
9. Conclusão	397

19

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCESSO FALIMENTAR, CONFORME ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ E DISPOSITIVOS DA LEI 14.112/2020 399

Sérgio Mourão Corrêa Lima

Délio Mota de Oliveira Júnior

Artur Andrade Santos

1. Breve contextualização	400
2. As várias faces da falência	401
2.1. Ativos e passivos (massa falida objetiva e subjetiva)	401
2.2. Aspectos processual e material (concurso formal e obrigacional)	403
2.3. Interdisciplinariedade	406

3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	408
3.1. Execução forçada de crédito.....	408
3.2. Hipóteses que ensejam a desconsideração da personalidade jurídica	411
3.3. Consequências processuais e materiais da desconsideração da personalidade jurídica	413
3.4. Cabimento de tutela de urgência (liminar) na desconsideração da personalidade jurídica	419
3.5. Desconsideração da personalidade jurídica em grupos empresariais.....	421
4. Jurisprudência pacífica do STJ sobre a desconsideração da personalidade jurídica – extensão dos efeitos da quebra - na execução concursal falimentar	422
5. O art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020	430
6. Considerações acerca do art. 82-A introduzido pela Lei 14.112/2020	431
6.1. Extensão dos efeitos da quebra é sinônimo de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito processo de execução forçada concursal (falência).....	431
6.2. Análise sistêmica do <i>caput</i> do art. 82-A.....	432
6.3. Análise sistêmica do parágrafo único do art. 82-A	434
7. Conclusões.....	436
8. Bibliografia.....	439

20

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA - LEI Nº 14.112/2020

Osmar Mendes Paixão Côrtes

1. Generalidades acerca do artigo 82-A da Lei 11101/2005, incluído pela Lei 14112/2020.....	441
2. Breves considerações sobre a desconsideração da personalidade jurídica.....	442
3. A desconsideração da personalidade jurídica em recuperações judiciais e falências à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	444
4. As alterações da Lei 14.112/2020 e as limitações impostas	448
5. Conclusão.....	450
6. Referências Bibliográficas	450

21

O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) COMO TÉCNICA PROCEDIMENTAL ADEQUADA PARA A SOLUÇÃO DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA RECUPERACIONAL..... 453

Luiz Roberto Ayoub

Dione Valesca Xavier da Silva

1. Generalidades	453
2. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	458
3. O processo de recuperação judicial no Brasil.....	458
4. O IRDR como técnica procedimental adequada para a solução do conflito de competência recuperacional.....	459
5. Conclusão.....	465
5. Bibliografia.....	465

22

REFLEXÕES SOBRE ALGUNS INSTITUTOS DA LEI DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO..... 467

Rodrigo Fux

1. Introdução.....	467
2. Notas Introdutórias sobre a Análise Econômica do Direito.....	470
3. Análise Econômica do Direito e o Direito da Crise da Empresa.....	472
4. Análise de Institutos da Lei 11.101/2005 à luz da Análise Econômica do Direito.....	477
4.1. Estímulo à Autocomposição	477
4.2. Diálogo com o Código de Processo Civil de 2015.....	479
4.3. Possibilidade de Alienação da Empresa e Novos Contornos da Alienação de Unidade Produtiva Isolada	481
4.4. Novel Seção IV-A do Capítulo III da Lei 11.101/2005 e o <i>DIP Financing</i>	484
5. Conclusões.....	485
6. Referências Bibliográficas	487

23

NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO ÂMBITO RECUPERACIONAL - APROXIMAÇÕES INICIAIS E O CASO DO *STAY PERIOD* 489*Gustavo Osna**Mayara Roth Isfer Osna*

1. Notas Introdutórias	489
2. Negócios Processuais e sua Previsão no Regime Recuperacional	490
2.1. Negócios Processuais: Breves Notas	490
2.2. Negócios Processuais no Âmbito Falimentar e Recuperacional	495
3. <i>Stay Period</i> e (Im)Possibilidade de Negociação	501
3.1. <i>Stay Period</i> e Regime Recuperacional: Aproximações Iniciais	501
3.2. É Viável a Dilatação Negocial do <i>Stay Period</i> ?	508
4. Considerações Finais	512
5. Referências Bibliográficas	514

24

DO INSTITUTO DA INSOLVÊNCIA AUXILIAR COMO FERRAMENTA NO RASTREAMENTO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS. COMBATE AO CRIME AQUISITIVO 517*Rodrigo Kaysserlian**Paula Mitie Minohara**Marina Godinho de Oliveira*

1. Introdução	517
2. A lei modelo da UNCITRAL e a sua adoção pelo Brasil	519
3. O procedimento de insolvência auxiliar como ferramenta na coleta de documentos e arrecadação de ativos	523
4. Conclusão	527
5. Referências	528